

PAUTA DA 21ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, na reunião que ocorrerá no dia **5/8/2025**, às **10h30min**, no **Espaço Álamos**, no **município de Mafra**, deliberará sobre as seguintes matérias:

1 - PL n. 300/2025

Autor: Deputada Janice Krasniak (PODEMOS)

Relator: Deputado Mauro de Nadal (MDB)

A proposta cria as Seletivas Regionais para as Olimpíadas das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e inclui o evento no calendário oficial de eventos no Estado.

Nos termos do projeto, o evento deverá ser realizado periodicamente, em data a ser definida pela organização estadual da APAE.

Já a inclusão da festividade no calendário oficial de eventos estaduais tem os objetivos seguintes: garantir a ampla divulgação das Seletivas Regionais; possibilitar o apoio logístico do Estado, por meio da Fundação Catarinense de Esportes - FESPORTE; desenvolver estratégias de comunicação institucional para a difusão de ações por meio dos canais oficiais da FESPORTE e promover a capacitação dos profissionais para a atuação nas seletivas regionais, com ênfase no esporte adaptado e na inclusão social.

2 – PL n. 321/2025

Autor: Deputado Sargento Lima (PL)

Relator: Deputado Mauro de Nadal (MDB)

O projeto permite a inclusão da arte marcial *jiu-jitsu* como componente opcional nas escolas públicas do Estado.



3– PL n. 334/2025

Autor: Deputado Marcius Machado (PL)

Relator: Deputado Mauro de Nadal (MDB)

O projeto cria a política estadual de reconhecimento do cão comunitário, assim considerado o animal de rua que não possui tutor exclusivo, mas que estabelece vínculos de dependência, proteção e cuidado com a comunidade local.

Nos termos da proposta, são deveres do Estado, em parceria com os municípios e com a sociedade civil organizada: o cadastramento e identificação do animal, bem como o seu acesso aos programas de vacinação e o respeito à sua permanência em locais onde tenha se estabelecido.

4 - PL n. 202/2025

Autor: Deputada Paulinha (PODEMOS)

Relator: Deputado Rodrigo Minotto (PDT)

A medida assegura à gestante atendida pela rede pública estadual de saúde a opção pela cesariana a partir da 39ª semana gestacional, e também o direito à analgesia no parto normal.

5 - PEC n. 5/2025

Autor: Deputado Napoleão Bernardes e outros (PSD)

Relator: Deputado Pepê Collaço (PP)

A proposta de emenda à Constituição do Estado altera o regramento acerca do controle concentrado de constitucionalidade de competência pelo Tribunal de Justiça.

6 - PL n. 359/2025

Autor: Deputado Vicente Caropreso (PSDB)

Relator: Deputado Pepê Collaço (PP)

O projeto propõe a alteração do Estatuto das Pessoas com Deficiência (Lei n. 17.292/2017) para incorporar duas medidas.

A primeira medida prevê que a matrícula de pessoas com deficiência seja encaminhada à rede de ensino, preferencialmente, com antecedência de 60 dias ao início do ano letivo.

Já a segunda alteração diz respeito à exigência de uma carta de apresentação, elaborada pelos pais ou responsáveis, contendo informações relevantes sobre o estudante, de modo a permitir que o planejamento pedagógico seja mais alinhado às características, necessidades e potencialidade do estudante.

7 - PL n. 532/2024

Autor: Deputado Marcos da Rosa (UNIÃO)

Relator: Deputado Alex Brasil (PL)

O projeto proíbe que os estabelecimentos de ensino público e privado exijam a participação dos professores e alunos em festividades religiosas e culturais que não estejam alinhadas com suas opiniões e preferências pessoais.

Contudo, a não participação dos professores nessas festividades está condicionada à sua atuação em outras atividades escolares, tais como planejamento e elaboração de aulas, correção de trabalhos e avaliações, bem como em atividades de capacitação profissional.

Do mesmo modo, os alunos que não desejarem participar dos eventos deverão atuar em pesquisas laboratoriais, trabalhos em grupo ou atividades extracurriculares, como feiras de ciências ou projetos temáticos.

8 - PL n. 285/2025

Autor: Deputado Nilso Berlanda (PL)

Relator: Deputado Alex Brasil (PL)

A proposta institui a Campanha Estadual Permanente de Informação e Prevenção contra Descontos Indevidos em Benefícios Previdenciários, como foco na proteção dos direitos dos aposentados, pensionistas e pessoas idosas.

O projeto terá como objetivo a conscientização sobre os riscos de fraudes e práticas abusivas, divulgação dos canais de denúncia e órgãos de proteção de aposentados e pensionistas e a avaliação periódica das ações, com o monitoramento dos indicadores sociais e sistematização dos dados de impacto.

9 - PL n. 81/2025

Autor: Deputado Sargento Lima (PL)

Relator: Deputado Alex Brasil (PL)

O projeto propõe regras para o transporte de pessoas em situação de vulnerabilidade entre os municípios do Estado.

De acordo com as normas, o município de origem deverá, por meio de sua Assistência Social, emitir laudo técnico detalhado das condições sociais, econômicas, de saúde física e psicológica da pessoa em situação de rua, validando a necessidade de transporte.

Deverá ser comunicado previamente o município de destino acerca do envio das pessoas em vulnerabilidade, com antecedência mínima estipulada, contendo informações sobre o planejamento do deslocamento, justificativas para a mudança de localidade, tais como reencontro familiar e oportunidades de emprego.

O descumprimento das regras acarretará a suspensão de recursos financeiros estaduais destinados à Assistência Social, assim como a repatriação da pessoa enviada sem a observância dos procedimentos.

10 - PL n. 49/2024

Autor: Deputado Mário Motta (PSD)

Relator: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

O projeto aprimora o uso da inteligência artificial no âmbito da administração pública estadual, permitindo a fixação de diretrizes e critérios técnicos que assegurem o seu uso ético e responsável.

11 - PL n. 471/2024

Autor: Deputado Lunelli (MDB)

Relator: Deputado Volnei Weber (MDB)

O projeto determina o comparecimento do Secretário da Infraestrutura e Mobilidade em reunião pública do Parlamento Catarinense, a cada quatro meses.

O objetivo da presença consiste na apresentação de relatório atualizado com as informações e indicadores de evolução e situação das obras nas rodovias estaduais.

Ana Cláudia Torret Rocha

Comissão de Constituição e Justiça - CCJ

Coordenadoria das Comissões

(48) 3221-2576

Michelle Dias

Jornalista Coordenadoria das Comissões

(48) 3221-3112